

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.606 - RJ (2015/0152549-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : TELOS FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS : JULIANA BRACKS DUARTE - RJ102466**  
**SÍLVIO CARLOS BATISTA FILHO E OUTRO(S) - RJ175574**  
**RECORRIDO : ELSON MOREIRA DE JESUS**  
**ADVOGADO : GRAZIELE CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ109086**  
**RECORRIDO : EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A**  
**EMBRATEL**  
**ADVOGADA : ANDRESSA DOS SANTOS SILVA E OUTRO(S) - DF026092**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“AGRAVO INOMINADO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS POR AMBAS AS PARTES, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. AÇÃO DE REVISÃO DA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR (TELOS) DE EX-FUNCIONÁRIOS DA EMBRATEL. REAJUSTE ANUAL APLICANDO VARIAÇÃO NEGATIVA DO ÍNDICE ADOTADO (IGP-DI). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO À 1ª RÉ/1ª APELANTE (TELOS), DECLARANDO INDEVIDA A REDUÇÃO DO BENEFÍCIO, CONDENANDO-A AO RESTABELECIMENTO DO VALOR DA VERBA, CONSOANTE O ÍNDICE APLICADO NO ANO DE 2010, BEM COMO AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS ESTIPENDIAIS DEVIDAS MÊS A MÊS, DESDE O DEPÓSITO A MENOR. IRRESIGNAÇÕES. TESE DA 1ª APELANTE (TELOS) SUSTENTANDO A APLICAÇÃO DO ÍNDICE LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO PARTICIPANTE, SOB PENA DE DESEQUILÍBRIO NA EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRETENSÃO DO 2º APELANTE (ELSON) DE EXCLUSÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA A ELE IMPOSTOS, EM RAZÃO DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EM RELAÇÃO À 2ª RÉ (EMBRATEL). APLICAÇÃO DA VARIAÇÃO NEGATIVA DO ÍNDICE (IGP-DI), QUE IMPORTA EM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS, PREVISTO NO ART. 194, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA CRFB. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA,

# *Superior Tribunal de Justiça*

INCLUSIVE NO QUE CONCERNE AOS CONSECTÁRIOS LEGAIS DECORRENTES DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUANTO À LITISCONSORTE EMBRATEL. MANTIDA A SOLUÇÃO ANTERIOR DESTE RELATOR. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte alegou violação aos artigos 165, 458, II e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973. Aduziu contrariedade aos artigos 422 do Código Civil e 17, parágrafo único, da Lei Complementar nº 109/2001, tendo em vista a possibilidade de aplicação de índice de correção monetária negativo, desde que ao final não importe em redução do valor nominal.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente recurso, verifico que esse merece parcial provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

No tocante às alegações de ofensa aos artigos 165, 458, II, e 535, II, do CPC/73, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional alguma o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas transcrevo abaixo:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. TRANSPORTE. ACIDENTE. DANO MORAL COLETIVO. RECUPERAÇÃO FLUIDA (FLUID RECOVERY). DISTINÇÃO.

APLICAÇÃO NA HIPÓTESE CONCRETA. DANOS INDIVIDUAIS. OBSCURIDADE, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação coletiva de consumo na qual é pleiteada a reparação dos danos morais e materiais decorrentes de falhas na prestação de serviços de transportes de passageiros que culminaram em dois acidentes, ocorridos em 13/03/2012 e 30/05/2012.

2. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constituem-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição omissão ou erro material -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.

3. O vício que autoriza a oposição dos embargos de declaração é a contradição interna do julgado, não a contradição entre este e o entendimento da parte, ou o que ficara decidido na origem, ou, ainda, quaisquer outras decisões do STJ ou do STF.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1741681/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/3/2019, DJe 22/3/2019)

PETIÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DA REPERCUSSÃO GERAL NO STF - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM - OBEDIÊNCIA À SISTEMÁTICA PREVISTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - IRRECORRIBILIDADE - PRECEDENTES DO STJ. INSURGÊNCIA DOS MUTUÁRIOS.

1. Petição recebida como embargos de declaração, em nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. Nos estreitos lindes do artigo 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(PET no AgInt no AREsp 1293428/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 26/3/2019)

Em relação às sustentadas aos artigos 422 do CC e 17, parágrafo único, da

# *Superior Tribunal de Justiça*

LC nº 109/2001, observo que essas merecem guarida.

Da análise dos autos, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância ao entendimento já consolidado nesta Corte sob a temática dos recursos repetitivos, quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.361.191/RS, o qual estabelece que, “aplicam-se os índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial, preservado o seu valor nominal.”

É o que se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 347/349 e-STJ):

“A hipótese é de negar-se provimento ao Agravo Inominado, porquanto ao exame do caso, preambularmente, restou observado pela decisão monocrática ora alvejada, o seguinte:

“Consoante os termos da petição inicial, o autor, aposentado, foi empregado da 2ª ré (EMBRATEL) entre 02/01/1973 e 02/02/2000, tendo aderido ao Plano de Benefício Definido (PBD) oferecido pela 1ª ré (TELOS), para fins de recebimento de benefício complementar, concedido a partir de 02/01/2001. Impugna o demandante/participante a aplicação da variação anual negativa do IGP-DI, correspondente ao período de dezembro de 2008 a novembro de 2009, no cálculo do reajuste de 2010.

(...)

No mérito, também obrou corretamente o magistrado de 1º grau.

O Regulamento do Plano de Benefício Definido (PBD), ao qual aderiu o autor, dispõe:

Art. 65 – Os benefícios de renda mensal previstos neste Regulamento, exceto os do Participante Vinculado e de seus Beneficiários, serão reajustados, de acordo com a opção feita pelo Participante ou, no caso de sua morte, por seu Beneficiário, conforme indicado nos incisos I e II a seguir:

(...)

II - O reajuste ocorrerá em 1º de dezembro de cada ano, sendo o valor do Benefício TELOS reajustado (BT) independentemente do reajuste da Previdência Social e será obtido através da aplicação da variação do IGP-DI, ou outro índice estabelecido pelo Conselho Deliberativo, entre o mês anterior ao do último reajuste e o mês anterior ao do novo reajuste, sobre o valor vigente do Benefício TELOS.” Assim, de fato, há previsão para a

# *Superior Tribunal de Justiça*

aplicação do IGP-DI como índice de atualização, o que não negam as partes.

Contudo, quanto ao lapso temporal a ser levado em conta no referido cômputo, controvertem autor e 1ª ré, requerendo aquele a incidência do IGP-DI, relativo ao período compreendido entre novembro de 2009 e dezembro de 2010, enquanto a TELOS sustenta que o referido reajuste deve observar o índice IGP-DI, apurado entre dezembro de 2008 a novembro de 2010, sob o fundamento de que tal parâmetro foi negativo nesse período, de forma que, em dezembro de 2010, tendo-se levantado um IGP-DI positivo, procedeu-se à sua incidência cumulada.

Todavia, o aludido Regulamento estabelece que o reajuste ocorre em 1º de dezembro de cada ano, levando em conta a variação do índice apurado entre o mês anterior ao do último reajuste e o mês anterior ao do novo reajuste.

Dessa forma, a periodicidade a ser adotada é a anual, ou seja, a cada 1º de dezembro deve haver o reajuste do benefício, com a incidência do índice de referência concernente aos doze meses precedentes.

Assim, se, em dezembro de 2009, a ré aplicou o percentual de 0% de aumento (reajuste zero), o “último reajuste” a ser tomado como base para o reajuste de dezembro de 2010 será esse 0% de dezembro de 2009, e não o reajuste que ocorreu em dezembro de 2008.

Entender diversamente significaria uma redução do benefício, uma vez que na hipótese de deflação, seria considerado não apenas o índice zero, mas, também, o índice negativo, afrontando o princípio da irredutibilidade dos benefícios, previsto na CRFB (art. 194, IV), nas disposições gerais que regulam o sistema de seguridade social, no qual se incluem as entidades de previdência privada.

Ressalte-se, ademais, que, eventual índice negativo de correção monetária é incompatível com a ideia de reajuste do benefício previdenciário e não pode a ele ser aplicado.

Aliás, fenômeno tal somente se verifica da artificialidade oriunda de critérios políticos, circunstância pouco usual no cenário nacional.

Neste mesmo sentido tem decidido este E. TJRJ:

(...)

Conclui-se, pois, que o autor faz jus, efetivamente, à revisão

# *Superior Tribunal de Justiça*

da sua complementação de aposentadoria, recalculando-se o valor do seu benefício da forma determinada na sentença.

À vista do exposto, conhece-se dos recursos, negando-lhes seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC. Recurso tempestivo, presentes os demais pressupostos de admissibilidade, dele se conhece.

Os argumentos utilizados pela agravante não possuem o condão de modificar o que restou decidido monocraticamente por este Relator, ao contrário, revelam mero e injustificado inconformismo com o resultado do julgado.”

Com efeito, determinar simplesmente a não implicação de índices negativos, incidindo-se tão somente os positivos, implicaria deturpação da própria finalidade da correção monetária, que é refletir as variações econômicas, mantendo-se o poder de compra da moeda.

Assim sendo, “estabelece o Manual de Orientação de Procedimento de Cálculos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal que, não havendo decisão judicial em contrário, "os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização", com a ressalva de que, se, no cálculo final, "a atualização implicar redução do principal, deve prevalecer o valor nominal". (REsp 1265580/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/3/2012, DJe 18/4/2012).

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO ANUAL. ÍNDICE ADOTADO.

1. Ação de revisão de benefício de aposentadoria.
2. A correção monetária, instrumento de recomposição do valor da moeda, deve abranger as oscilações positivas e negativas ocorridas no período próprio de apuração, sob pena de distorção da realidade econômica e de acréscimo indevido no valor real da obrigação certificada.
3. Os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização, ressalvada a prevalência do valor nominal se, ao final, houver redução do montante principal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1617173/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IGP-M. PERÍODOS DE DEFLAÇÃO (ÍNDICE NEGATIVO). APLICABILIDADE. PREVALÊNCIA, NO ENTANTO, DO VALOR NOMINAL, SE A ATUALIZAÇÃO IMPLICAR EM REDUÇÃO DO QUANTUM PRINCIPAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. A Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do recurso especial n. 1.265.580/RS, firmou o entendimento de que: "A correção monetária nada mais é do que um mecanismo de manutenção do poder aquisitivo da moeda, não devendo representar, conseqüentemente, por si só, nem um plus nem um minus em sua substância. Corrigir o valor nominal da obrigação representa, portanto, manter, no tempo, o seu poder de compra original, alterado pelas oscilações inflacionárias positivas e negativas ocorridas no período. Atualizar a obrigação levando em conta apenas oscilações positivas importaria distorcer a realidade econômica produzindo um resultado que não representa a simples manutenção do primitivo poder aquisitivo, mas um indevido acréscimo no valor real. Nessa linha, estabelece o Manual de Orientação de Procedimento de Cálculos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal que, não havendo decisão judicial em contrário, 'os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização', com a ressalva de que, se, no cálculo final, 'a atualização implicar redução do principal, deve prevalecer o valor nominal'". (Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 21/03/2012, DJe 18/04/2012)

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1393953/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 3/2/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. PERÍODOS DE DEFLAÇÃO. ÍNDICES NEGATIVOS. APLICABILIDADE. VALOR NOMINAL DO CRÉDITO. OBSERVÂNCIA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. A Corte Especial deste Tribunal Superior, ao julgar o REsp nº 1.361.191/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), firmou o entendimento de que se aplicam os índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial, preservado o seu valor nominal. Assim, os índices negativos de correção monetária devem ser considerados no cálculo de atualização, desde que, no resultado final, não haja redução do principal.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1339647/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 01/12/2015)

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar a aplicação dos índices de correção previstos no acordo realizado entre as partes, ainda que negativos, fazendo-se a ressalva de que, no cálculo final, caso haja diminuição dos valores acordados, deve ser preservado o valor nominal. Diante da alteração da proporção da sucumbência, reconheço a sucumbência recíproca entre as partes, na proporção de 80% para a ora recorrida e 20% para a recorrente.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora